

MATO GROSSO DO SUL: APONTAMENTOS DA HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de *

A pretensão aqui é tratar da historiografia produzida na academia, por entender que é a partir da criação dos cursos universitários de História que se forma uma tradição ou cultura historiográfica local, se assim podemos dizer. Não é objetivo, portanto, a escrita não acadêmica dos memorialistas, por exemplo, mesmo reconhecendo que este âmbito da produção da História perpassa a Universidade.

Ainda quanto ao tema enunciado, ao delimitar a abrangência territorial, “no” Mato Grosso do Sul, me ressalvo da necessidade de abordar a historiografia “sobre” a região do atual Mato Grosso do Sul, que é bem anterior à própria criação política do Estado, em 1977, em que Sérgio Buarque de HOLANDA, em *Monções* (1945) e *Extremo Oeste* (1986), além de Virgílio CORRÊA FILHO (1969), são exemplos clássicos.

A pretensão, também, é construir um entendimento do que tem sido a disciplina História no Mato Grosso do Sul, desde a criação dos primeiros cursos de graduação, na década de 1970, na antiga Universidade Estadual de Mato Grosso, hoje Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e na Faculdade Católica Dom Bosco, hoje Universidade Católica Dom Bosco.

O início da produção historiográfica

A criação dos primeiros cursos de graduação em História no Estado acontece concomitante ao início da edificação dos primeiros cursos de pós-graduação da área, nível de mestrado, nos principais centros urbanos do país. De São Paulo, sobretudo, vieram os primeiros historiadores profissionais, para compor o corpo docente dos cursos de História da UFMS, especialmente a partir da década de 1980.

A chegada desses jovens professores dinamizou a vida acadêmica e possibilitou superar, em partes, a influência das “famílias tradicionais”, ligadas ao poder político e econômico local, que tinham nos Centros Pedagógicos – assim denominadas as unidades da UFMS do interior, herdadas da Universidade Estadual de Mato Grosso – a prolongação dos seus currais eleitorais.

* Professor Adjunto em História do Brasil Contemporâneo no curso de Licenciatura em História da UFMS, Campus de Três Lagoas. Coordenador do Núcleo de Documentação Histórica “Honório de Souza Carneiro”, da mesma Instituição. Dr. em História Social do Trabalho.

O que possibilitou essa dinamização ou profissionalização da História acadêmica foi a contratação de professores por concurso público, em detrimento da forma anterior, quando da antiga UEMT, em que o ingresso de professores se dava sem a necessidade de concursos.

Os professores que ingressaram na década de 1980, vindos, especialmente, das universidades paulistas, seriam os primeiros a cursarem a pós-graduação, nível de mestrado em História, com temas relacionados a Mato Grosso do Sul, ou Sul de Mato Grosso, ou mesmo Mato Grosso como um todo, pois a divisão oficial do território não impôs, de imediato, a divisão da história. Esses estudos serão feitos em universidades de São Paulo, especialmente a USP.

Esses primeiros estudos acadêmicos se tornaram, de certa forma, clássicos regionais, talvez por serem os primeiros a tentarem, aqui, uma interpretação científica da história, além do mérito da pesquisa profunda em fontes primárias e muitas inéditas. Ainda hoje são referências para o estudo da história da região e à época de sua escrita acompanhavam a tendência teórico-metodológica mais em voga no início dos anos oitenta: uma história política e econômica, de viés marxista. São exemplos deste momento as pesquisas de Lúcia Salsa CCORRÊA “Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870-1920)”, dissertação de mestrado defendida na USP em 1980, e de Valmir Batista CORRÊA “Mato Grosso: 1817 – 1840 e o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da Província” e “Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)”, dissertação de mestrado e tese de doutorado defendidas, em 1976 e 1982, respectivamente, na USP.

No final da década de 1980 e no decorrer da de 1990 dois fatores oportunizaram mais acadêmicos formados em Mato Grosso do Sul alcançarem a pós-graduação: 1º) a expansão dos cursos de pós-graduação no país; 2º) uma sensível melhora acadêmica nos cursos de graduação em História no Mato Grosso do Sul, com a intensificação da relação entre ensino e pesquisa.

Os acadêmicos formados no Estado passaram a procurar a qualificação profissional da pós-graduação, sobretudo no estado de São Paulo, com temas sobre o Sul de Mato Grosso. Continuou, também, a migração de historiadores de São Paulo para a UFMS. São deste período as seguintes pesquisas: Gilmar ARRUDA “Frutos da terra: trabalhadores da Matte Larangeira”, dissertação de mestrado defendida em 1989 na UNESP de Assis; Isabel Cristina Martins GUILLEN “O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Matte Larangeira (Mato Grosso: 1890)”, dissertação de mestrado defendida em

1991 na UNICAMP; Nadir Domingues MENDONÇA “A (des)construção das (des)ordens: poder e violência em Três Lagoas, 1915-1945”, tese de doutorado defendida em 1991 na USP; Paulo Roberto Cimo de QUEIROZ “As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)”, dissertação de mestrado defendida em 1992 na UNESP de Assis; Eudes Fernando LEITE “Aquidauana: a baioneta, a toga e a utopia nos entremeios de uma pretensa revolução”, dissertação de mestrado defendida em 1994 na UNESP de Assis; Marisa BITTAR “Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1987)”, tese de doutorado defendida em 1997 na USP; Osvaldo ZORZATO “Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)”, tese de doutorado em História Social defendida em 1998 pela USP; Benícia Couto de OLIVEIRA “A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)”, dissertação de mestrado defendida em 1999 na UNESP de Assis; Paulo Roberto Cimo QUEIROZ “Uma ferrovia entre dois mundos: a E.F Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918-1956)”, tese de doutorado em História Econômica defendida em 1999 na USP.

Diversas outras pesquisas em pós-graduação *stricto sensu* foram realizadas no período, de matrizes teóricas igualmente diversas, com predominância dos temas da história política e social.

Entramos no século XXI, portanto, com uma produção historiográfica, sobre o Sul de Mato Grosso, dinâmica e consistente. Fortalecimento que se reflete na criação do primeiro, e ainda único, curso de pós-graduação em História, nível de Mestrado, do estado, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados.

Fruto de uma política agressiva de um grupo de professores do campus de Dourados, em pouco tempo o curso de História, graduação e pós-graduação, daquela unidade atraiu diversos professores de outros centros da UFMS objetivando fortalecer o curso, hoje da Universidade Federal da Grande Dourados. A criação do Mestrado em História, em 1999, ampliou ainda mais as possibilidades dos estudantes, graduados no Estado, de darem continuidade aos estudos.

A linha de pesquisa de História Indígena, do referido mestrado, abriu um campo até então pouco explorado pela historiografia sul-mato-grossense, ao passo que hoje as temáticas acerca da história indígena estão presentes em diversas pesquisas, contribuindo para se conhecer um pouco mais da história local.

Não vou aqui arrolar as dissertações e teses feitas na década em que estamos, para não ser ainda mais excludente do que já fui ao relacionar as décadas anteriores. Cabe, todavia,

lembrar alguns temas mais presentes e que refletem bem a intensidade da historiografia sul-mato-grossense. São temas relacionados à cultura, trabalho, etnicidade, escravidão, grande política, fronteira, violência, entre outros. Para tanto, apresentarei dados dos Encontros de História promovidos pela Associação Nacional de História, Seção de Mato Grosso do Sul.

Diversificação da historiografia

Os encontros bianuais organizados pela ANPUH-MS, acontecidos com regularidade desde 1992, expressam bem o vigor da produção historiográfica do Estado, tanto em quantidade como em diversidade de temas. Na tabela a seguir, tem-se uma tabulação de dados dos encontros de 1994 a 2004, no que se refere ao número de trabalhos inscritos e instituições representadas.

TABELA A

ENCONTROS DA ANPUH-MS (evolução dos números)						
TIPO	II Enc. (1994)	III Enc. (1996)	IV Enc. (1998)	V Enc. (2000)	VI Enc. (2002)	VII Enc. (2004)
Trabalhos inscritos	62	74	72	131	123	273
Instituições representadas	12	11	14	18	13	35
Estados representados	6	6	5	9	6	13

Estes números não são representativos da produção historiográfica eminentemente de e sobre Mato Grosso do Sul e ou o Sul de Mato Grosso, pois em encontros dessa natureza existem participantes com temáticas sobre diversas regiões do país e mesmo de outros países. Por outro lado, a participação de pesquisadores de outras regiões e países em encontros de História no Mato Grosso do Sul, representa, também, o intercâmbio entre os pesquisadores do Estado com os de outros centros, especialmente o Sudeste, demonstrando o vigor da historiografia local.

Nos dados da Tabela A podemos apreender a seguinte evolução: 1º) Do II Encontro, sob o título “História na fronteira”, em 1994, para o VII Encontro, que teve por título “Patrimônio histórico e cultural: identidade e poder”, em 2004, percebe-se um aumento de 250% no número de trabalhos inscritos. 2º) Os Encontros de 2000 “Des-cobrimentos: os desafios da história” e 2004 marcam dois momentos de aumento significativo nos números de trabalhos inscritos: em 2000 tem-se uma elevação de quase 100% em relação ao encontro anterior (1998) intitulado “História, universidade e sociedade”; e em 2004 tem-se um acréscimo de mais de 100% em relação ao encontro de 2002 que teve por título “História, memória e identidades”.

Estas elevações bruscas são explicadas, em parte, em vista dos temas gerais do V e VII Encontros, bem como as cidades onde foram realizados: O **V Encontro** teve como tema geral “Des-cobrimentos: os desafios da história”, acompanhando uma tendência dos debates sobre os 500 anos de “Descobrimento do Brasil”. Isso foi um chamariz para os historiadores e não historiadores. Outro fator que favoreceu a grande procura para o V Encontro foi a localização da cidade de Três Lagoas, possibilitando uma maior participação de pesquisadores da região Sudeste do país. Este fator anterior, por sinal, explica também o aumento no número de instituições representadas no mesmo V Encontro (18 instituições). O tema geral do **VII Encontro** “Patrimônio histórico e cultural: identidade e poder” foi, também, um dos determinantes para o aumento absoluto no número de trabalhos inscritos, pois atraiu não só historiadores, mas muitos pesquisadores e interessados nas questões acerca da preservação do patrimônio histórico e cultural, como arquitetos, artistas, literatos, lingüistas e profissionais do turismo. A cidade e a instituição sede do Evento também contribuíram para o crescimento do número de trabalhos inscritos. Pela primeira vez se realizou um Encontro em Campo Grande e fora da UFMS, o que se refletiu na grande procura por parte dos pesquisadores das instituições particulares de ensino superior, especialmente da Universidade Católica Dom Bosco, sede do Encontro. A UCDB que, somando a participação em todos os cinco encontros anteriores, alcançava apenas 22 trabalhos inscritos, no Encontro de 2004 teve 45 trabalhos inscritos. Também o VII Encontro favoreceu um aumento na participação de pesquisadores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e a presença de uma (maior) diversidade de Estados da federação e de Instituições representadas (35).

Os temas tratados foram se diversificando acompanhando a evolução dos números de trabalhos inscritos e as instituições envolvidas. Na tabela *B* tem-se uma demonstração das temáticas tratadas nos mesmos seis encontros referidos anteriormente.

TABELA B

TEMAS ABORDADOS (evolução dos números)						
TEMAS	II Enc. (1994)	III Enc. (1996)	IV Enc. (1998)	V Enc. (2000)	VI Enc. (2002)	VII Enc. (2004)
Colônias agrícolas e urbanas; imigração	4	3	7	9	11	17
Ensino de História; ensino; história da educação	10	19	10	6	7	23
Fontes; patrimônio histórico	4	5	1	4	2	26
Gênero	-	2	1	7	5	8
Guerra com o/do Paraguai	2	1	1	1	1	3
História e literatura; tradição oral	4	5	7	9	1	16
História e religião	1	4	4	10	9	17

História econômica	6	4	6	6	18	17
História indígena; arqueologia; etno-história indígena	6	5	6	18	22	38
História política	-	3	2	9	4	12
Identidades; memória	-	-	2	2	10	10
Imprensa	-	-	7	2	-	9
Luta pela terra; questão agrária; reforma agrária	5	2	1	16	4	12
Movimentos sociais	4	1	5	-	-	9
Mundo do trabalho (escravo e livre)	1	2	-	7	9	18
Região Platina; fronteira	9	2	1	5	14	2
Violência; banditismo social	1	1	2	-	1	1
Demais temas	5	15	9	20	5	35
TOTAL	62	74	72	131	123	273

Em relação aos critérios adotados para a classificação dos temas, cabe observar que: 1º) Quando de comunicação livre, modalidade existente até o Encontro do ano de 2000, classificou-se primeiro pelo título, caso necessário, recorreu-se ao resumo; 2º) Quando de comunicação coordenada, considerou-se o título da coordenada e, quando necessário, recorreu-se aos resumos; 3º) Não se considerou as mesas de “teses de doutorado recentes”, uma atividade que fez parte da programação dos VI e VII encontros e que, com o crescente volume de teses defendidas, tornou-se inviável a permanência dessa atividade nos eventos; 4º) Quanto às classificações (História Indígena/arqueologia; História Econômica etc.), foi uma opção particular nossa, todavia considerando os temas das comunicações e a historiografia brasileira contemporânea; 5º) Nos “Demais temas” entram uma diversidade de objetos que muitas vezes aparece apenas em um ou dois Encontros. São eles: doença e saúde, Estado-território, festas, Filosofia, História da América Latina, História e cultura, História e meio-ambiente, história urbana, imaginário social, infância e adolescência, juventude, marginalidade e repressão, mitos, sexualidade, teoria e historiografia, representações, viagens e viajantes.

De longe os temas “História indígena; arqueologia e etno-história indígena”, juntos, foram os que estiveram mais presentes nos encontros, especialmente nos três últimos (2000, 2002 e 2004). Isso se deve, talvez, à intensificação da pesquisa nesta área impulsionada pelo mestrado em História de Dourados, que tem em uma das suas linhas a História Indígena. Também os projetos de “mapeamento” arqueológico no caminho do gasoduto Bolívia-Brasil, realizados no final da década de 1990, podem ter contribuído para este aumento do volume de trabalhos na área.

Temas sempre constantes nos encontros e que não sofreram grandes oscilações, mas acompanharam o crescimento dos eventos, foram: “Ensino de História; ensino; história da educação”, “História econômica” e “Colônias agrícolas e urbanas; imigrações”.

Os temas relacionados à educação e o ensino têm presença marcante de pesquisadores da área da Educação e abrange os mais diversos assuntos relacionados a este campo, não necessariamente restrito ao ensino de História e à História da Educação.

Já a perspectiva da História Econômica, sempre presente na historiografia regional, mantém-se, acompanhando a evolução dos números dos encontros. Diferente da História Política, outro campo “tradicional” na historiografia regional, mas que vem oscilando bastante sua representatividade nos encontros. Pensamos que recortes mais específicos ou delimitados em torno das “colônias agrícolas e urbanas; imigração”, do “gênero”, da “religião”, da “identidade”, da “imprensa”, da “luta pela terra”, do “mundo do trabalho”, entre outros, têm ampliado o conceito de “História política”. São novas abordagens que muitas vezes consideram as relações de poder, mas nem sempre centradas no estudo da “grande política”.

Outros temas tradicionais na historiografia regional, como a “Guerra com o/do Paraguai” e “violência; banditismo social” têm perdido importância, tornando-se pouco significativos na soma dos números de trabalhos inscritos, enquanto “região Platina; fronteira” oscilou bastante no período, mas tem presença constante nos encontros. Com relação a esse tema “fronteiras”, é interessante observar que a historiografia atual tem-se voltado para uma história transnacional ou platina, em vista das históricas relações do Sul de Mato Grosso com os países limítrofes.

Os números e as temáticas arroladas refletem apenas superficialmente a escrita da história produzida no Mato Grosso do Sul. Ao quantificarmos os trabalhos apresentados nos encontros da ANPUH-MS acreditamos possibilitar a visualização do dinamismo dos nossos eventos, o que expressa, também, a importância que a disciplina História conquistou na produção acadêmica estadual.

Muito ainda se pode extrair de análises a partir dos dados apresentados, mais ainda se fizermos um confronto, por exemplo, com dados das defesas de dissertações do Mestrado em História da UFMS/UFMG e um mapeamento das teses e dissertações defendidas em outras instituições do País. Um estudo aprofundado sobre a historiografia sul-mato-grossense atual (ou sobre Mato Grosso/Mato Grosso do Sul) ainda está por ser feito e este texto é apenas uma pequena contribuição.

A disponibilização de fontes de pesquisa em Mato Grosso do Sul: condição para o enriquecimento historiográfico

O trabalho do historiador depende, essencialmente, de fontes. Se é certo que temos, via de regra, dificuldades de acessar fontes em vista da ausência de arquivos públicos no país como um todo, na região aqui abordada, Mato Grosso do Sul, esse é um problema que se agrava por se tratar de uma Unidade da Federação criada recentemente.

A formação de centros de documentação nas próprias universidades, vinculados aos cursos de História, pode contribuir na solução do problema de falta de arquivos históricos, como também na formação dos graduandos. Hoje o Estado conta com quatro centros de documentação ligados aos cursos de Corumbá, de Aquidauana, de Dourados e de Três Lagoas.

No caso do Núcleo de Documentação Histórica “Honório de Souza Carneiro”, da UFMS, campus de Três Lagoas, criado na década de 1980, o fato de estar ligado organicamente a um curso de Licenciatura em História diz muito de sua originalidade. Essa ligação influencia desde a concepção do que é fonte histórica, objeto foco do arquivo, até a forma de disposição para consulta e relação com o público consulente: uma lógica que busca fazer do Núcleo um complemento da formação dos graduandos em História, sem diminuir a importância do espaço como arquivo que tem sua própria dinâmica para além do Curso de graduação. Trata-se de um processo ainda em construção que visa despertar os alunos para o trabalho com as fontes do acervo do Núcleo – ferramenta primordial do ofício de historiador – desde o instante de ingresso na graduação.

O Núcleo, portanto, pode vir a ser o principal elo entre o ensino e a pesquisa, especialmente em um Curso de licenciatura que sempre primou pela construção da pesquisa como forma de produção do conhecimento. A relação entre História e Arquivística, construída por meio do contato dos graduandos com fontes e com a metodologia da Arquivística, pode permitir uma formação mais abrangente de professores-pesquisadores. Mesmo não tendo na grade curricular esta disciplina, o fato de ter contato com a metodologia – a partir do estágio ou mesmo da consulta ao instrumento de pesquisa do Núcleo e às fontes, obedecendo os critérios de consulta – é possível que o graduado tenha uma maior desenvoltura nas agruras da pesquisa em arquivos, quando na pós-graduação.

Se considerarmos que não há fonte até que o pesquisador levante questão ao documento, a forma de organização, a definição das linhas de acervo do Núcleo, já de antemão, dão o caminho para muitas pesquisas, pois podem servir de guia para as definições

de temáticas dos alunos. Essa é uma diferença marcante quando comparado com um arquivo fora do contexto acadêmico que não tenha a interferência do historiador. Onde o arquivista vê documentos a serem catalogados de acordo com a tipologia, o historiador enxerga fontes em potencial para pesquisas dos mais diversos temas. Isso só é possível em vista da teoria, da experiência de pesquisa do historiador que forma expectativa do que encontrar (hipóteses) ao menor enunciado de um acervo ou documento. Nas considerações sobre o método Jorge GRESPAN salienta que

Formar expectativas em relação ao que será encontrado nos documentos não só é inevitável como desejável, pois são as conjecturas que orientam a própria pesquisa, permitindo a seleção do acervo onde buscar as informações necessárias, e constituindo os critérios de coleta, reunião e análise do material. (2005, p.294)

No caso de um aluno recém ingresso na graduação, o arquivo não é muito diferente de uma seção da burocracia carregada de caixas que guardam papel, por mais que se tenham românticas expectativas. O desafio colocado é possibilitar ao iniciante em pesquisa histórica e em arquivo “espantar-se com o que é óbvio”, encontrar-se com o evento para aprender o cotidiano, para aprender as minúcias das relações sociais trazidas pelos vestígios históricos.¹ É no diálogo com a teoria que o aluno poderá enxergar no documento uma fonte para ajudar a interpretar um problema, ou mesmo levantar novos problemas.

Para que a experiência do graduando para com o arquivo dê frutos e não se precipite em decepção, não se pode apostar na pureza da revelação do documento e nem em um total acaso no descobrimento de vestígios do passado. Trata-se de uma tarefa árdua que exige conhecimento de teoria, de metodologia, e da habilidade da construção da narrativa – pois quem conta a história é o historiador e não o documento –, além da malícia em driblar as dificuldades objetivas em pesquisas de arquivo no Brasil. Essas dificuldades podem ser em parte ultrapassadas a partir do conhecimento da metodologia Arquivística, construída, neste caso dos centros de documentação das Universidades, no diálogo entre o arquivo receptáculo da fonte e a academia formadora de pesquisadores.

Talvez a forma mais eficaz de interdisciplinaridade da História e da Arquivística esteja se dando mesmo nestes centros de documentação. Por mais que seja restrito o contato entre estes profissionais – no espaço dos centros de documentação –, em vista das dificuldades financeiras e burocráticas em contratar arquivista, um profissional ainda raro, e por mais que às vezes a organização do acervo pareça um voluntarismo dos historiadores, é aí que se produz de fato uma unidade teórica e de ação das duas áreas.

¹ Neste caso ver a obra de Paul VEYNE (1998), particularmente a parte I “O objeto da história”.

Para tanto, o arquivo e a sua disciplina devem ser encarados pelo historiador, não apenas como um suporte ao seu trabalho, como por vezes é visto o método: como um encadeamento lógico dos fatos aparentemente causais, ou semelhante a uma técnica de pesquisa em que se contenta na numeração das fases do desenvolvimento do trabalho. O trabalho do historiador na organização de um arquivo pode ser tomado como uma oportunidade de forjamento de uma metodologia que leve em consideração as preocupações de ambas as áreas do conhecimento que têm como meio privilegiado o documento.

A junção dos métodos ou recriação de métodos entre a História e a Arquivística, no caso de um centro de documentação, poderia levar, por exemplo, a uma avaliação mais complexa do que preservar, do que descartar, de como guardar e de que forma disponibilizar os documentos para a consulta. A título de exemplo, um amontoado de livros pontos dos trabalhadores da Noroeste do Brasil, registrados no escritório da linha em Três Lagoas, poderia ter um tratamento de amostragem por parte do arquivista: seleciona-se uma amostra para preservar e descarta-se o restante, por se tratar de formulário padrão em que as informações se repetem (nomes e turnos). Para o historiador este amontoado forma uma série que, cruzada com outras fontes, pode revelar a carga horária extenuante, a mobilidade do trabalhador entre as seções da empresa, a descontinuidade ou a assiduidade de determinado trabalhador, a permanência ou não no quadro da empresa, entre outras. Essas possibilidades que uma série de livros pontos pode revelar, interessam tanto ao estudo das relações de trabalho de uma forma geral, suas hierarquias, como também as atividades sindicais e as perseguições sofridas pelos militantes sindicais. A repetição da informação, para o historiador, pode revelar as descontinuidades: a diferença surge da uniformidade. A história comparada nos dá os elementos da dialética entre a diferença e a semelhança: uma está na outra, ao passo que as duas se complementam.

Outra complementaridade da História e da Arquivística, produzida no centro de documentação, é a valoração do acervo. A utilidade de um arquivo e o valor do que está sob sua guarda é mensurado pela utilização do mesmo por pesquisadores e pessoas da comunidade. Por ter como público privilegiado os estudantes e pesquisadores em História, o Núcleo de Documentação, além de educar para a preservação e para a metodologia da pesquisa em arquivos, também justifica a valoração do espaço como necessário para a memória da localidade. A tarefa que se coloca é o reconhecimento por parte da comunidade externa. Isso deve vir pelo fortalecimento da relação entre o Núcleo e a comunidade interna, como desdobramento da utilização do acervo para as pesquisas de graduação e pós-graduação.

São os alunos ali formados que melhor farão a ponte entre o Núcleo e a comunidade externa, que poderá vir a ter o Núcleo como espaço de preservação e produção da memória local.

Na relação historiador, aprendiz de historiador e comunidade local, deve ser papel dos primeiros desmontar o que ainda resta da aura positivista no entendimento de documento como reservatório da verdade e de objeto destituído de conflito em sua feitura. Fazer a crítica ao documento é fundamental, e para isso os fundadores dos *Annales* contribuíram imensamente, em que pese não terem sido os primeiros a dissecar o documento. Marc Bloch, em “Apologia da História” chama atenção para a voluntariedade do documento em um arquivo:

A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações (*Apud* LE GOFF, 1994, 544)

A crítica ao documento, nesta perspectiva, deve, então, levantar o problema do por que se preserva determinado documento, ou mesmo do por que se destaca um documento em particular, ou um conjunto, em meio ao todo do acervo. O centro de documentação – ao ser organizado a partir de linhas de acervo definidas levando em consideração a massa documental, mas, também, os interesses de pesquisa dos historiadores a ele ligados – permite a aprendizagem do problema referido acima, colocado por Marc Bloch, de que a transmissão do documento às gerações vindouras é um exercício consciente de poder, de guarda da memória coletiva.

O entendimento do documento como monumento, segundo LE GOFF (1994, p.545), permite centrar o historiador em seu dever principal: a crítica ao documento, não como “qualquer coisa que fica por conta do passado”, mas como “produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.”²

Neste sentido, o Núcleo de Documentação deve ter a preocupação de minimizar, de desmontar a lógica do capital que permeia as relações sociais de que os espaços do patrimônio histórico não são alheios. Se a escolha do que preservar é uma decisão política, então, que se leve em consideração a pertinência de se abarcar os sujeitos excluídos da história monumento. E mais ainda: a organização do arquivo deve possibilitar aos

² “O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem di si próprias.” (LE GOFF, p.548)

desclassificados do ouro – aos curiosos sedentos em se enxergarem na história – a apropriação da história, pois se entendemos o patrimônio como um processo social, como um capital cultural, como tal “acumula-se, reestrutura-se, produz rendimentos e é apropriado de maneira desigual por diversos setores”. (GANCLINI, 1997, p.195)

Considerações finais

Disso tudo pode se concluir que a disciplina História em Mato Grosso do Sul vai bem?

Com certeza não!

Se, por um lado, neste movimento de intensificação da produção historiográfica a Graduação em História vem sendo favorecida pela relação mais próxima com a pesquisa a partir dos professores pesquisadores, por outro lado hoje nos deparamos, principalmente na UFMS (Instituição que concentra a maior parte dos cursos da área no Estado), com uma realidade nada animadora em vista de diversos fatores, dentre os quais destaco três bem gerais, que não vou me aprofundar: 1º) política de ensino e pesquisa do governo federal; 2º) desmonte dos cursos de graduação da UFMS; 3º) falta de arquivos públicos que organizem e disponibilizem fontes de pesquisa.

A política do Ministério da Educação, desde ao menos a segunda metade da década de 1990, tem sido a da produção em larga escala. Tanto no que se refere à pesquisa como também ao ensino. Com relação à pesquisa, a diminuição do tempo, e da bolsa, que o aluno tem para conclusão do mestrado (antes quatro anos, hoje dois e no máximo dois anos e meio) e do doutorado (antes sete, até dez anos, hoje quatro anos), impôs um produtivismo que se reflete na qualidade dos trabalhos, no que diz respeito à profundidade teórica, ou seja: trabalhos que contribuem cada vez menos com o debate teórico na área de História.

Quanto ao ensino, a popularização da graduação, com a criação de novos cursos, levou a mais alunos oriundos do ensino público adentrarem a universidade, especialmente noturna. A expansão sem a devida ampliação da estrutura material e humana, todavia, repete nas universidades o que se deu com o ensino fundamental e médio, a partir dos anos 40 do século passado: quando permite aos filhos de trabalhadores frequentarem a escola, é uma escola já decadente ou em vias de decadência. Esta política de Estado é mais, ou menos, implementada nas Instituições Federais de Ensino Superior, dependendo das correlações de forças entre as administrações universitárias e o movimento docente organizado. Somando-se ainda à fragilidade do movimento estudantil, no que concerne ao seu papel político de

transformação da Universidade. Vê-se mais a preservação do que está instituído do que o questionamento das práticas autoritárias tão comuns também no meio universitário.

Por fim, mas não menos importante, a falta de arquivos públicos, seja do Estado, dos municípios ou de órgãos federais e mesmo instituições não governamentais, é um problema que deve ser atacado de várias frentes, nos diversos municípios onde temos curso de História e, inclusive, pela Associação dos Professores de História (ANPUH-MS).

Cobrar dos governos a disponibilização, organizada, de arquivos para a consulta, além de ampliar as possibilidades de temas para pesquisa, com fontes inéditas, também amplia as oportunidades de trabalho dos formados em História. Para tanto, os cursos de graduação em História devem preparar os alunos para o trabalho de arquivo, com noções de Arquivologia. Seja na grade curricular, seja em cursos de curta duração e mesmo prevendo estágio em órgão de preservação do patrimônio histórico.

Referências:

ARRUDA, Gilmar. **Frutos da terra: trabalhadores da Matte Laranjeira**. Dissertação (Mestrado em História). Assis-SP: UNESP, 1989

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1987)**. Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFLECH-USP, 1997

CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: INL-MEC, 1969.

CORRÊA, Lúcia Salsa. **Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870-1920)**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: FFLECH-USP, 1980.

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: FFLECH-USP, 1982.

CORRÊA, Valmir Batista. **Mato Grosso: 1817 – 1840 e o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da Província**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo, FFLCH-USP, 1976.

GANCLINI, Nestor G. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 1997.

GRESPLAN, Jorge. “Considerações sobre o método”. In PINSKY, Carla Bessanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p.294.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Matte Larangeira (Mato Grosso: 1890)**. Tese (Doutorado em História). Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Extremo Oeste**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1986.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1945
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- LEITE, Eudes Fernando. **Aquidauana: a baioneta, a toga e a utopia nos entremeios de uma pretensa revolução**. Dissertação (Mestrado em História). Assis-SP: UNEPS, 1994.
- MENDONÇA, Nadir Domingues. **A (des)construção das (des)ordens: poder e violência em Três Lagoas, 1915-1945**. Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFLCH-USP, 1991.
- OLIVEIRA, Benícia Couto de. **A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)**. dissertação (Mestrado em História). Assis-SP: UNESP, 1999.
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimo. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E.F Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918-1956)**. Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFLECH-USP, 1999.
- QUEROZ, Paulo Roberto Cimo de. **As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: UNESP, 1992.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. 4ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1998.
- ZORZATO Osvaldo. **Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)**. Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFLECH-USP, 1998.